

A black and white halftone portrait of Victor de Sá, an elderly man with dark hair, wearing a patterned suit jacket, a white shirt, and a tie. He is looking slightly to the right.

1921  
2021

# NÃO NOS DEIXEMOS PETRIFICAR

REFLEXÕES NO CENTENÁRIO DO  
NASCIMENTO DE VICTOR DE SÁ

COORD.

AMÉLIA POLÓNIA

FERNANDA RIBEIRO

GASPAR MARTINS PEREIRA

HENRIQUE BARRETO NUNES

JORGE FERNANDES ALVES

JOSÉ VIRIATO CAPELA

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES

MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA



PORTO

FLUP FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# NÃO NOS DEIXEMOS PETRIFICAR

REFLEXÕES NO CENTENÁRIO DO  
NASCIMENTO DE VICTOR DE SÁ

**COORD.**

AMÉLIA POLÓNIA  
FERNANDA RIBEIRO  
GASPAR MARTINS PEREIRA  
HENRIQUE BARRETO NUNES  
JORGE FERNANDES ALVES  
JOSÉ VIRIATO CAPELA  
LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES  
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

**U.** PORTO

FLUP FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# SUMÁRIO

<b>NOTAS DE ABERTURA</b>	7
Fernanda Ribeiro Amélia Polónia	
<b>Victor de Sá: uma herança intemporal (1921-2021)</b>	13
Comissão Organizadora	
<b>Época de grandes ruturas</b>	21
Victor de Sá	
<b>No encaço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952)</b>	25
Cláudia Castelo (Prémio 1997)	
<b>Crime e sociedade. Lisboa, c. 1867-1910</b>	49
Maria João Vaz (Prémio 1998)	
<b>Os cidadãos-soldados no vintismo (1820-1823)</b>	69
Arnaldo da Silva Pata (Prémio 2001)	
<b>Victor de Sá: o livreiro-editor antifascista e a causa da cultura</b>	87
Daniel Melo (Prémio 2003)	
<b>A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), 1918-2021: mais de 100 anos ao serviço da ciência e da comunidade</b>	111
Patrícia Ferraz de Matos (Prémio 2005)	
<b>Representações da mulher nos divórcios da comarca do Porto (1911-1934)</b>	131
Sandra Costa (Prémio 2006)	
<b>A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique</b>	149
Fernando Tavares Pimenta (Prémio 2009)	
<b>Repressão e subjetividade política no Estado Novo: a cadeia de Peniche</b>	175
Miguel Cardina (Prémio 2011)	
<b>Da fraternidade republicana à imaginação imperial: usos e abusos do luso-brasileirismo como discurso político</b>	191
Isabel Corrêa da Silva (Prémio 2013)	

<b>O cerimonial fúnebre régio na monarquia constitucional portuguesa</b> Pedro Urbano (Prémio 2014)	209
<b>«O conjunto duplamente museu, pelo continente e conteúdo»: afirmação de uma identidade expositiva no Museu Machado de Castro (1931-1944)</b> Duarte Manuel Freitas (Prémio 2015)	229
<b>O <i>capital</i> da frustração: transição política e regulação económica no fim do marcelismo</b> Márcio Barbosa (Prémio 2016)	259
<b>Prosopografia de um partido político oitocentista: os Regeneradores no Parlamento</b> Patrícia Gomes Lucas (Prémio 2019)	275
<b>«Guitarra de Portugal» e «Canção do Sul»: a imprensa de fado entre a tradição e a afirmação cultural (1922-1948)</b> Cátia Tuna (Prémio 2020)	291

# VICTOR DE SÁ: O LIVREIRO-EDITOR ANTIFASCISTA E A CAUSA DA CULTURA\*

DANIEL MELO\*\*

O percurso pessoal de Victor de Sá foi indelevelmente marcado pelo seu empenho na intervenção cívica e cultural, ambas sempre combinadas. Neste texto procura-se reconstituir criticamente o seu contributo enquanto mediador cultural a partir do seu labor a três níveis: livreiro-editor antifascista; promotor cultural da leitura e da cultura democrática; estudioso e apólogo da literacia para todos.

Em termos teóricos, crê-se ser relevante convocar a perspectiva de Nestor Canclini numa política cultural alargada, participativa e inclusiva, que só pode ser plenamente realizada na articulação democrática entre Estado e sociedade civil organizada<sup>1</sup>. E a noção de mediador intelectual proposta por Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, que o define como sujeito da «produção de conhecimentos e da comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculado à intervenção político-social»<sup>2</sup>, porquanto permite sustentar a perspectiva que se propõe neste texto e enquadrar uma parte central da intervenção intelectual de Victor de Sá, que entrelaça fortemente cultura e política.

A análise documental baseia-se em pesquisa feita desde a minha tese de doutoramento, na qual já havia avançado uma análise detalhada e contextualizada de dois inquéritos à leitura lançados justamente por Victor de Sá, os quais são fundamentais para compreendermos a reflexão hodierna sobre o lugar e a situação da cultura em Portugal e o impacto do défice de literacia e animação da leitura naquela<sup>3</sup>.

Importa perceber que literacia e animação da leitura permitem pensar o problema da educação e da alfabetização para lá da sua dimensão instrumental e «tecnicista». Ou seja, a literatura académica especializada (p.e., das ciências documentais e da informação) desde o pós-II Guerra Mundial tem enfatizado ser insuficiente uma instrução que se limite a ensinamentos utilitaristas num tempo escolar circunscrito, já para não falar da recusa numa educação instrumentalizada ideologicamente por visões oficiais antidemocráticas, como sucede nas ditaduras, e a do salazarismo não foi excepção<sup>4</sup>. Segundo essa literatura, é vital consagrar uma educação integral e

---

\* O autor não segue o acordo ortográfico de 1990.

\*\* Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Centro de Humanidades (CHAM). Email: danielseixasmelo@hotmail.com. Daniel Jorge Seixas de Melo (Prémio 2003).

<sup>1</sup> CANCLINI, 2001: 65.

<sup>2</sup> GOMES, HANSEN, 2016: 10.

<sup>3</sup> MELO, 2004: 213-214 e 217-220.

<sup>4</sup> MELO, 2020a: 92-105; MELO, 2020b: 75-97.

inclusiva, que actualize as literacias individuais e que seja alimentada pela prática da leitura e da (auto)formação ao longo da vida.

Em articulação com os inquéritos referidos, analisou-se criticamente um conjunto de documentos da autoria de Victor de Sá (do seu espólio pessoal) ou de familiares e amigos, e uma amostra representativa de escritos seus, livros e alguns textos de imprensa, dum *corpus* de centenas de textos que publicou ao longo de décadas em inúmeros órgãos de imprensa e em editoras suas e outras e que estão aí como obra e património de reflexão passível e merecedor doutras incursões, interpretações e análises. Foi ainda consultada bibliografia secundária de referência, bem como documentos do Arquivo da PIDE.

## 1. A DESCOBERTA DO GOSTO PELA VULGARIZAÇÃO DA LEITURA E DA CULTURA DEMOCRÁTICA

Nascido numa povoação rural de Barcelos em 1921, filho de sargento e de professora primária, Victor de Sá despertou para a intervenção cultural enquanto estudante liceal, entre 1934 e 1941<sup>5</sup>. Foi nesses anos que lhe surgiu o gosto pela escrita e pela (auto)promoção da leitura: realizou com o irmão Armando Henriques uns opúsculos manuscritos, intitulados «Colecção Infantil» e de que saíram alguns números, dados para ler provavelmente a amigos e familiares próximos; em 1937 conseguiu publicar os seus primeiros textos no jornal local «Correio do Minho», com o qual colaborará até 1991, boa parte deles expondo uma perspectiva democrática de promoção da leitura e da cultura (retomarei o tema mais adiante); co-organizou com colegas um pequeno jornal («Panorama») e uma minibiblioteca escolar para empréstimo domiciliário de livros, logo boicotada pelo reitor alegando conter «livros comunistas», tendo exemplificado com o romance *Germinal*, de Zola, pois de Marx ou Lenine nada constava<sup>6</sup>. Envolveu-se de par no grupo «Amigos do Saber», no qual buscou «que a cultura não beneficiasse um somente, mas que irradiasse a todos», uma «preocupação» que assumiu como «eminentemente social» e para sempre<sup>7</sup>. Este tempo escolar, durante o qual foi ainda presidente da Academia Bracarense (associação estudantil independente do Liceu Sá de Miranda), foi também o momento de percepção da inadequação do ensino oficial às necessidades dos jovens, pelo seu elitismo, ultraconservadorismo e alheamento face aos «problemas da vida e do mundo», espelhando uma escola «fora da realidade do mundo»<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> NUNES, 2011: 273-274.

<sup>6</sup> Na verdade, o que esse reitor pretendeu foi cercear qualquer alcance cívico daquela iniciativa. Sobre este boicote *vd.* SÁ, 1989: 32 e NUNES, 2011: 275; para o restante *vd.* SÁ, 2001: 13-14. Só até 17-7-1939 saíram 90 textos de Victor de Sá no «Correio do Minho» (GOMES, 2014: 31-32 e 139-144).

<sup>7</sup> SÁ, 1954: 16.

<sup>8</sup> SÁ, 1989: 26.

Ganhou consciência política ao testemunhar a perseguição feita a republicanos em Braga, no final da Guerra Civil de Espanha, em 1939<sup>9</sup>. Consegue então tornar-se correspondente local do jornal «República», ligado aos oposicionistas demo-republicanos. E por volta de 1942 passou a integrar o núcleo local do Movimento Unitário Nacional Antifascista (MUNAF), iniciando um duradouro trajecto de militância política e cívica em plataformas frentistas da oposição, além de então ter encetado, muito provavelmente, os seus primeiros contactos com elementos do Partido Comunista Português (PCP)<sup>10</sup>.

## 2. O LIVREIRO-EDITOR ANTIFASCISTA

Após terminar os estudos liceais resolveu não se inscrever logo na universidade e optou por ganhar autonomia financeira e experiência de vida, enquanto empregado na livraria Gualdino, na qual começou a trabalhar em Setembro de 1941. Seguiu-se-lhe a Livraria Cruz, onde se manteve entre 1943 e 1947. Foi neste contexto de experiência profissional e de preocupação com as questões políticas e sociais dos seus concidadãos que se tornou activista no sindicato local do seu ofício, chegando a ser dirigente do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga em 1945, seguindo a desde então prevalecente lógica oposicionista do «entrismo», ou seja, de se procurar dominar por dentro os sindicatos que haviam sido «corporativizados» pelo salazarismo. Foi um cargo no qual esteve pouco tempo devido à perseguição implacável que lhe foi movida pelas forças situacionistas, que incluiu um inquérito confidencial onde surge como «agente» do malquisto publicista e editor Agostinho da Silva e o encerramento prematuro duma exposição que organizara na sede do sindicato, onde se mostrou quadros de crítica social do pintor Manuel Filipe, também ele assumido oposicionista<sup>11</sup>. Note-se que Victor de Sá tornara-se membro do círculo de amigos de Agostinho da Silva no final da década anterior e fora por este convidado a lançar as suas edições no Brasil, c. 1940/1941, mas a viagem além-atlântico malogrou-se por interferência do pai daquele, por ser menor de idade<sup>12</sup>.

A 13 de Julho de 1947 inaugurou a sua Livraria Victor, na Rua dos Capelistas (no espaço que fora da Papelaria Pereira até entrar em falência), não sem antes ter sido preso pela polícia política (a 2 de Junho), como aviso para deixar de ser «perigoso agitador», agora que deixara de poder ser controlado pelos patrões e colegas no ofício<sup>13</sup>. Voltará a ser preso em 1950, pelo seu envolvimento em iniciativas do

<sup>9</sup> SÁ, 1989: 22-25.

<sup>10</sup> NUNES, 2011: 276.

<sup>11</sup> SÁ, 2001: 17-20; GOMES, 2014: 35-39.

<sup>12</sup> Projecto que surgiu «pelos meus vinte anos», como confidenciaria mais tarde (SÁ, 1984: 8-13, cit.13).

<sup>13</sup> SÁ, 1989: 30. Sobre a preparação da inauguração da sua livraria *vd.* SÁ, 2001: 25-29. A delação que despoletou a sua prisão e a dos amigos José Gabriel Bacelar e Francisco Salgado Zena (entre outros) foi proferida por um influente pároco local (o padre Aloísio) ao novel governador civil de Braga, Armando Nery Teixeira, tendo sido denunciados

grupo oposicionista a que se ligará pela vida fora (os «Democratas de Braga») e talvez também como retaliação por estar a vender na sua livraria dos primeiros livros de Jorge Amado chegados a Portugal, c. 1949/1950, depois de já os ter distribuído na sua «biblioteca móvel», a partir de 1947, nesse intervalo de tempo sendo necessariamente edições brasileiras, pois a primeira edição portuguesa data de 1948 e é só relativa a *Jubiabá*<sup>14</sup>. Este escritor brasileiro tornar-se-ia um dos autores com mais livros proibidos de circular no país (15), com a edição lusa de *Jubiabá*, da Livros do Brasil, interdita de circular logo a 27-7-1949<sup>15</sup>.

Além da actividade de livreiro, nos anos 1940 promoveu um projecto de biblioteca móvel (mobilizando parte da sua biblioteca particular e ofertas de conterrâneos, vd. infra) e tornou-se editor (mas sem o poder assumir explicitamente), ao publicar os 6 catálogos daquele serviço e alguns opúsculos, em torno de Antero de Quental e Eça de Queirós<sup>16</sup>. Em Antero encontraria referentes para a sua biblioteca e a sua reflexão sobre a leitura, já que aquele pensador preconizara a «ilustração» para as mulheres, o povo (*apud* sistema das bibliotecas rurais ambulantes do francês Cormenin) e o operário<sup>17</sup>.

Em 1953 lançaria o seu ambicioso programa editorial, num prospecto intitulado «Plano inicial das actividades editoriais do Centro Cultural do Minho Livraria Victor»<sup>18</sup>. Nele assumia «consolidados os créditos» da sua livraria na venda das «mais conceituadas produções literárias nacionais e estrangeiras». Ciente dos «amargos obstáculos de ordem material e intelectual com que terá de deparar-se», ainda assim abalançava-se para colmatar «algumas das muitas lacunas evidentes no panorama livresco português e corresponder à sequiosidade dum público que nem sempre encontra» em português «o material necessário para satisfazer a sua curiosidade de saber» e «a necessidade de estudar». Seria um contributo para uma «superior e

---

como jovens «comunistas e funestos», e Victor de Sá com a agravante de vender livros desaconselháveis por perverterem as consciências, em especial dos jovens (GOMES, 2014: 52; LOURO, 2021: 1).

<sup>14</sup> GOMES, 2014: 52-53; SALEMA, 1982: 63-123 (para a divulgação de Jorge Amado em Portugal) e SÁ, 1947: 3 (para a incorporação de Amado no catálogo da «biblioteca móvel»).

<sup>15</sup> Aos 8 que constam em lista oficial (em PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981: 14-15) aditei 5 referidos noutra levantamento (AZEVEDO, 1997: 212-216), *Terras do sem fim* (proibido em 1951 *apud* SALLA, 2017: 116) e *O amor do soldado* (*apud* <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02968.036.007#12>). Para *Jubiabá* cf. relatório da censura em PT-TT-SNI-DSC-35-8-4132\_m0311.TIF (disponível em <<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4331840>>). Essa edição primeva dum livro de Amado em Portugal só seria autorizada a circular em 1960, por despacho exarado no mesmo documento, após as portas abertas por *Gabriela, cravo e canela*, então editado pela Publicações Europa-América ao fim de longo processo (1958-1960) em que se acenou com a possibilidade de Amado ganhar o Nobel e só depois do expurgo de «palavras inconvenientes» (SALEMA, 1982: 111-120, cit. chefe de gabinete do ditador na p. 116).

<sup>16</sup> SÁ, 1942a, 1942b (este com prefácio de Agostinho da Silva) e 1945a, respectivamente. Os opúsculos dedicados a Antero foram publicados pela Edições Futuro, então associada à livraria distribuidora Gualdino Correia & C.<sup>a</sup> (vulgo Livraria Gualdino), na qual Victor de Sá foi empregado.

<sup>17</sup> SÁ, 1942a: 2-52.

<sup>18</sup> Todas as cits. provêm da f. 1 desse documento impresso do espólio de Victor de Sá à guarda da Biblioteca Pública Braga, 4 fls., [s. n., s. d.] (cortesia de Henrique Barreto Nunes, que também forneceu a datação).



desinteressada compreensão dos problemas», articulando «diversidade de ideias, de conceitos e de opiniões» e assumindo a missão cultural mesmo que sem garantia de «lucro financeiro». O plano integrava 4 colecções, a maioria dirigida por amigos intelectuais ligados ao PCP. A 1.<sup>a</sup>, «Antologia do pensamento republicano», seria orientada por António Ramos de Almeida, que assinou o livro inaugural, *O Pensamento activo de Bernardino Machado*, relativo ao último presidente da I República, doutrinador republicano, líder maçom e reviralista exilado. Deveriam seguir-se *Latino Coelho*, por Joaquim de Carvalho (catedrático de Filosofia da universidade coimbrã, afastado da direcção da editora daquela instituição por extinção ordenada pelo ditador em 1935) e *Mousinho da Silveira*, por Armando de Castro (então um historiador marxista emergente). Estavam na calha mais 17 obras, dedicadas a outros tantos pensadores. A 2.<sup>a</sup> era a «Colecção Constitucional. Constituições portuguesas», e visava facultar aos estudantes de Direito e cidadãos interessados «os textos fundamentais» do direito constitucional luso em versão integral e com paratextos explicativos, dada a sua inacessibilidade no mercado livreiro, e integrava supostamente 5 livros, um para cada lei maior (1822, 1826, 1838, 1911 e 1933)<sup>19</sup>. A 3.<sup>a</sup>, «Clássicos para o povo e para as escolas», ecoava a célebre colecção de David Corazzi, integraria «manuais» de c. 100 páginas com «notícias biográficas, históricas e literárias, cronologia, notas explicativas e vocabulário» e seria dirigida por Óscar Lopes, intelectual comunista que escreveria a influente *História da literatura portuguesa* em 1955 (junto com António José Saraiva), mas apenas apresentado como «professor liceal»<sup>20</sup>. A 4.<sup>a</sup>, «Ciência e Vida» destinava-se a «temas de palpitante actualidade científica» e biografias de cientistas. A 5.<sup>a</sup> e última, «Cartilhas do Mundo», era formada por 12 «cadernos de iniciação científica», em fascículos de c. 30 páginas, o primeiro deles a sair em Janeiro. Estas colecções de «divulgação científica» seriam dirigidas por Ilídio Sardoeira, então «professor liceal», saneado politicamente de docente de Biologia da Universidade do Porto e detido em 1952 pela PIDE. Tal projecto seria bloqueado pela ditadura, que não autorizou Victor de Sá a ser editor aquando do seu pedido de tornar a sua livraria também numa editora, em 1954<sup>21</sup>.

Apesar das contrariedades, desse plano ainda editou o tal ensaio sobre Bernardino Machado (em 195-) e *Constituição de 1822*, organizado pelo advogado e seu amigo José Tarroso Gomes, estreia da colecção jurídica e cuja circulação foi autorizada pelos serviços de censura a 16-3-1954<sup>22</sup>. E seria resgatada a edição avulsa de *Fernando Pessoa, poeta da hora absurda*, por Mário Sacramento, livro que aí se

<sup>19</sup> Cit. [GOMES], org., [1954]: contracapa. Determinação da autoria do livro *apud* Henrique Barreto Nunes a partir do referido espólio de Victor de Sá.

<sup>20</sup> As citações são de novo da f. 1 do plano editorial.

<sup>21</sup> NUNES, 2007: 105.

<sup>22</sup> [GOMES], org., [1954], *apud* carimbo oficial no exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Portugal.

anunciava «a sair nos primeiros meses de 1954» e que veria a luz do dia pela Contraponto do seu amigo Luiz Pacheco, em 1958<sup>23</sup>. Ademais, Victor de Sá publicaria mais 6 livros nessa década, parte deles muito provavelmente relacionada com as pesquisas que foi fazendo aquando da licenciatura, concluída em 1959, na FLUC, enquanto estudante-trabalhador (vd. Tabela 1)<sup>24</sup>. Os livros por si editados serão quase sempre «edição do autor», derivado à aludida interdição oficial, mas apondo-se em muitos deles a designação Centro Cultural do Minho e/ou Livraria Victor, e até figurando esta última (também) como distribuidora<sup>25</sup>.

**Tabela 1.** Selecção de textos de Victor de Sá sobre questões culturais (1940-1981)

<b>Data</b>	<b>Título do texto</b>	<b>Local de publicação e editor</b>
<b>13 Jan. 1940</b>	<i>O Dia da cultura nacional: uma iniciativa que não pode morrer</i>	Braga, «Diário do Minho», p. 4
<b>7 Set. 1940</b>	<i>As colectividades de recreio e de desporto perante o problema da Instrução popular</i>	Braga, «Diário do Minho», pp. 1 e 4
<b>4 Out. 1940</b>	<i>Considerações sobre a actividade intelectual e cultural em Braga</i>	Braga, «Diário do Minho», p. 1
<b>2 e 16 Fev. 1941</b>	<i>Cultura popular</i>	Póvoa de Lanhoso, «Maria da Fonte», p. 2x2
<b>1 Mar. 1941</b>	<i>Educação e ensino: o problema da infância</i>	Braga, «Diário do Minho», p. 4
<b>9 e 16 Mar. 1941</b>	<i>As biografias de Agostinho da Silva</i>	Ílhavo, «Jornal de Ílhavo», pp. 2 e 4
<b>11 Dez. 1941</b>	<i>O valor educativo das biografias</i>	V. R. S. <sup>to</sup> António, «Ecos do Sul», p. 1
<b>1945</b>	<i>Panorâmica do livro em Portugal (in Bibliografia queirosiana)</i>	Braga, ed. a. (nb: texto reed. como livro autónomo em 1958)
<b>2, 27 e 30 Mar. 1946</b>	<i>Três anos de actividade da Biblioteca Móvel: resultados de um inquérito</i>	Coimbra, «Vértice», pp. 75-77
<b>Abr. 1946</b>	<i>A anarquia da nossa produção literária</i>	Coimbra, «Informação Literária», pp. 135-137
<b>4 Jul. 1946</b>	<i>A tragédia cultural do homem vulgar</i>	Coimbra, «Gazeta de Coimbra», p. 3
<b>21 Set. 1946; 9 Nov. 1946; 14 Dez. 1946; 29 Mar. 1947</b>	<i>Da acessibilidade das leituras</i>	Lisboa, «Mundo Literário», n.ºs 18, 27, 32 e 47, respectivamente pp. 2, 6, 6, 7+15

<sup>23</sup> O qual falaria de Sá em obra escrita em 1961 mas só editada anos depois (PACHECO, 1970: 12-14, 32).

<sup>24</sup> Apenas *Panorâmica do livro em Portugal* não foi edição sua, tendo sido publicado nas Caldas da Rainha por José dos Santos Marques (nb: uma versão anterior deste texto integrou a supramencionada *Bibliografia queirosiana*). Sobre a licenciatura vd. SIMÕES, 1999: 82.

<sup>25</sup> Pe. em SÁ, 1957.

<b>Data</b>	<b>Título do texto</b>	<b>Local de publicação e editor</b>
<b>Fev.-Mar. 1947</b>	<i>O moderno espírito das bibliotecas</i>	Coimbra, 3:44 «Vértice», pp. 293-295
<b>30 Out. 1952</b>	<i>O analfabetismo e o problema do livro</i>	Lisboa, «República», p. 1
<b>19 Abr. 1953</b>	<i>O sentido moderno do conceito de biblioteca</i>	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
<b>16 Abr. 1954</b>	<i>Extensão cultural: cidade e província</i>	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
<b>4 e 18 Jun. 1954 ; 9 Jul. 1954</b>	<i>Problemas concretos da cultura: a UNESCO</i>	Porto, «Jornal de Notícias», respectivamente pp. 7, 6 e 7
<b>10 Jul. 1954</b>	<i>O valor social da biblioteca</i>	Póvoa de Varzim, «Comércio da Póvoa de Varzim», p. 4, il.
<b>7 Ago. 1954</b>	<i>O que é uma biblioteca moderna</i>	Póvoa de Varzim, «Comércio da Póvoa de Varzim», pp. 3-4, il.
<b>Nov. 1954</b>	<i>O que foi a Biblioteca Móvel</i>	Braga, ed. a.
<b>Abr. 1955</b>	<i>O que é a UNESCO</i>	Braga, ed. a.
<b>5 Mar. 1955; 18 Jun. 1955</b>	<i>Um inquérito necessário</i>	Braga, «Correio do Minho»
<b>11 Mar. 1955</b>	<i>Por um conceito concreto de cultura</i>	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
<b>25 Mar. 1955</b>	<i>O problema das bibliotecas públicas</i>	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
<b>Out. 1955</b>	<i>A importância social duma associação de escritores em Portugal</i>	Lourenço Marques, «Itinerário, Arte e Divulgação», pp. 2 e 15
<b>4 Nov. 1955</b>	<i>A língua portuguesa e a produção editorial</i>	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
<b>10 Abr. 1956 (dep.º legal)</b>	<i>As bibliotecas, o público e a cultura. Um inquérito necessário</i>	Braga, ed. a.: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho
<b>20 Mai. 1957; 18 Jul. 1957 (dep.º legal)</b>	<i>Problemas da mentalidade</i>	Braga: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho
<b>1958</b>	<i>Sociedade e cultura</i>	Braga: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho
<b>23 Set. 1958</b>	<i>No dealbar dum novo ano lectivo: ensino primário em Portugal</i>	Lisboa, «República», pp. 1 e 9
<b>13 Nov. 1958</b>	<i>A cultura como pressuposto do fomento económico</i>	Lisboa, «República», pp. 1-2
<b>17 Nov. 1958</b>	<i>Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional</i>	Lisboa, «Diário do Lisboa», p. 7
<b>27 Jan. 1959</b>	<i>Cultura e orçamento</i>	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5
<b>26 Mai. 1959</b>	<i>As bibliotecas móveis e os escritores</i>	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5

<b>Data</b>	<b>Título do texto</b>	<b>Local de publicação e editor</b>
<b>11 Jul. 1959</b>	<i>Da necessidade de extensão bibliotecária</i>	Cascais, «Nossa Terra»
<b>26 Jan. 1960</b>	<i>Necessidade de uma editora nacional</i>	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5
<b>Ago. 1960</b>	<i>Cultura e democracia</i>	Coimbra, 20:202/203 «Vértice», pp. 385-388
<b>11 Jan. 1961</b>	<i>Apontamentos para a história da cultura: a obra cultural dos portugueses no exílio em diferentes épocas da história</i>	Lisboa, «República», p. 2
<b>Mar. 1961</b>	<i>Para a história das relações culturais luso-espanholas</i>	Porto, 9:1/3 «Bandarra», pp. 66-68
<b>10 Abr. 1961</b> (dep.º legal)	<i>Cultura e democracia</i>	Braga, ed. a. («depositária»: Livraria Victor)
<b>24 Fev. 1962</b>	<i>A instrução pública: problema central do nosso tempo</i>	Rio Maior, «Rio Maiorense», pp. 1 e 5
<b>13 Mar. 1962;</b> <b>Mai. 1962</b>	<i>Crise de cultura</i>	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5; Rio de Janeiro, «Jornal de Letras»
<b>Abr. 1962</b>	<i>O Congresso da Comunidade Europeia de Escritores</i>	Lisboa, 40:1398 «Seara Nova», pp. 75-76, il.
<b>2 Out. 1966</b>	<i>Saudemos o progresso das bibliotecas de extensão popular</i>	Guimarães, «Notícias de Guimarães», ºp. 1-2
<b>29 Set. 1969</b>	<i>Implicações políticas dos problemas da cultura portuguesa</i>	Lisboa, «A Capital», ºp. 3 e 6 (reed. em Regressar para quê?, 1970)
<b>Mar. 1970</b>	<i>Regressar para quê?</i>	Lisboa: Publicações D. Quixote
<b>11 Mai. 1971</b>	<i>A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga</i>	Porto, «O Comércio do Porto», p. 16
<b>23 Nov. 1978</b>	<i>Alexandre Herculano, Bento de Jesus Caraça: reforma de ensino, reforma de mentalidade</i>	Lisboa, «Diário do Lisboa», pp. 3 e 4
<b>1979</b>	<i>Responsabilidades culturais na projecção internacional crescente da língua portuguesa</i>	Lisboa: CLUL, pp. 61-65
<b>6 Jun. 1980</b>	<i>Apresentação do projecto-lei de defesa do património cultural e arqueológico</i>	Lisboa, «Diário da Assembleia da República», s. I, 1.ª Legislatura, n.º 63, pp. 2886/2887
<b>19 Dez. 1980</b>	<i>Sobre direitos de autor</i>	Lisboa, «Diário da Assembleia da República», s. I, 2.ª Legislatura, n.º 12, p. 363-365
<b>23 Jan. 1981</b>	<i>Que projecto cultural?</i>	Lisboa, «O Diário», p. 3

Fonte: NUNES, 2011; PORBASE

Os anos 1950, ademais, reflectiriam um contexto de refluxo oposicionista (até 1957), e serão marcados por grandes dificuldades em manter a livraria sustentável, tendo sido ostracizado pela «situação» e clero local (que desaconselhavam os docentes

e outros funcionários públicos recém-chegados a adquirirem livros na sua livraria), de várias apreensões de livros, além de novas detenções pela polícia política, em 1955 e 1958<sup>26</sup>.

Duma dessas rusgas deixou testemunho, revelando como a perseguição era implacável e insaciável, sempre à cata das novas alternativas e moldando negativamente a própria edição nacional:

*Mais uma vez o zeloso funcionário apareceu, com aquele mau jeito que tomam as pessoas de mal fingida amabilidade. Lá vinha com a interminável lista de títulos, em português uns, muitos em francês, bastantes já em inglês. Títulos de livros, de revistas, de magazines, de literatura preciosa e também de lit[eratura] de cordel, tudo caiu à rede e vinha para ser pescado. É a visita já quase familiar do agente da polícia que vem para apreensão de livros proibidos, de mais livros proibidos. E como em português já quase nada se publica além do «Jovem Piedoso» e do «Mês de Maria», a repressão recai agora sobre aquela magra literatura estrangeira que consegue escapar às malhas sempre cada vez mais apertadas das alfândegas e dos correios<sup>27</sup>.*

Como revela essa carta que Victor de Sá endereçou a «M. c. A.», provavelmente nos anos 1950, a PIDE chegou ao cúmulo de tentar apreender livros inexistentes<sup>28</sup>.

Em 1960, foi de novo preso e a sua livraria lacrada pela PIDE. Porém, nesta ocasião foi rapidamente liberto e a livraria reaberta, por pressão conjugada de Humberto Soeiro (seu advogado, e também companheiro de lutas) e de conterrâneos de ofício<sup>29</sup>.

Face às dificuldades políticas e de carreira que lhe foram impostas, incluindo a anulação de ser professor na Escola Técnica de Braga (em 1959), Victor de Sá resolveu radicar-se em Paris a partir de 1963, cidade onde desenvolveu o seu doutoramento, na Sorbonne, primeiro em torno da acção cultural dos compatriotas radicados na França oitocentista e, depois, do pensamento socialista no período de crise do liberalismo luso da mesma centúria<sup>30</sup>. Antes de partir, assumiria explicitamente o imperativo ético da intervenção cívica em entrevista ao «Jornal de Letras e Artes»<sup>31</sup>. A Livraria Victor ficou então sob a gerência de Humberto Soeiro, mantendo os empregados e tendo a ajuda pontual do filho Victor Louro. Será dessa época o logótipo que dedicou à sua livraria, um farol iluminado (símbolo da protecção ou da luz de conhecimento),

<sup>26</sup> SÁ, 2001: 30.

<sup>27</sup> NUNES, 2007: 106-107.

<sup>28</sup> NUNES, 2007: 105-108. Não se localizou mais detalhes sobre este episódio insólito e também sintomático da arbitrariedade da acção da polícia política.

<sup>29</sup> SÁ, 1989: 40-41. LOURO, 2021: 2.

<sup>30</sup> SÁ, 1989: 39-40; SIMÕES, 1999: 82; NUNES, 2011: 279-280.

<sup>31</sup> SÁ, 1963b.

atravessado por uma gaivota e uma onda estilizadas<sup>32</sup>. Pouco após o seu regresso, que ocorreu em 1969, e face ao bloqueio de perspectivas de carreira académica (incluindo o não reconhecimento oficial do seu diploma de doutor e a não obtenção de nova bolsa de estudo da Fundação Gulbenkian), retomou o ofício de livreiro, investindo numa filial da Livraria Victor, inaugurada em Julho de 1971<sup>33</sup>. Convenientemente mais espaçosa, foi das primeiras livrarias no país a inovar no respeitante a ter mostruários de livros para lá da montra da loja, em várias mesas, além de retomar a difusão de livros subversivos e integrar uma galeria de arte.

Quando já estava de novo instalado em Braga, voltaram as denúncias e apreensões de livros, como no caso desencadeado por ofício de 7-4-1970 do Governador Civil de Braga, A. M. Santos da Cunha, o qual denunciava à PIDE a existência na Livraria Victor de livros indesejados por parte do clero local, a saber, *De Humberto Delgado a Marcelo Caetano, Queremos ser livres*<sup>34</sup> e *Padre Camilo Torres*<sup>35</sup>.

Com o regresso da democracia, Victor de Sá optou por retomar a carreira académica, tendo o filho mais novo assumido a gerência da loja, convertendo a nova filial da R. Conselheiro Januário (criada em 1979 e próxima do Liceu Sá de Miranda) em Livraria Osvaldo Sá (c. 1982), a qual se mantém em funcionamento<sup>36</sup>. A casa-mãe findaria pouco anos depois, c. 1985, por demolição do prédio que a integrava.

### 3. O PROMOTOR CULTURAL

Para lá da sua livraria, a grande realização de Victor de Sá no âmbito da promoção cultural foi efectivamente a criação duma «biblioteca móvel», em 1942, que o próprio dinamizaria a partir de Braga e para toda a «metrópole» até 1950, com a ajuda dos seus irmãos e esposa, e de doações de amigos. Este serviço, que ele cunhou de «sistema de leituras facilitadas para utilização em qualquer ponto do país», baseou-se na remessa postal de livros seus aos cidadãos interessados, apoiada em quotização mensal de 2\$50 (reduzida a 1\$50 entre Abril de 1943 e Dezembro de 1944) e na escolha em catálogos (6, no total), gradualmente ampliados e enviados também por correio, junto com circulares<sup>37</sup>.

<sup>32</sup> Cf. MIT, 2017.

<sup>33</sup> Sita na Rua Eng. Arantes de Oliveira, actual Rua 25 de Abril (cf. MIT, 2017).

<sup>34</sup> Deve ser a obra *Também nós queremos ser pessoas livres: estudos e documentos sobre a liberdade e a responsabilidade do padre, como pessoa, no interior da Igreja*. Ed., selecção de documentos, introdução e conclusões do padre José da Felicidade Alves.

<sup>35</sup> Camilo Torres foi um sacerdote progressista assassinado na Argentina. O ofício delator relativo a este caso foi reproduzido em PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1980: 236 e em NUNES, 2016-2017: 196-215.

<sup>36</sup> *Apud* MIT, 2017.

<sup>37</sup> SÁ, 1954: 7-9, 30, cit. 7. Houve outra modalidade de pagamento do serviço, a «taxa de leitura», cujo custo variava por livro e vinha mencionado no catálogo (*vd.* SÁ, *org. e dir.*, 1942c: 3). O custo do serviço postal recaía nos remetentes, excepto para os assinantes, isentos quanto a despesas até 1\$ mensal (SÁ, *org. e dir.*, 1942c: 3). Redução da cota mensal *apud* SÁ, 1943: 3 e 1944: 3; em 1945 passa para 2\$, mais inscrição por 2\$50 (SÁ, 1945a: 2).

A oferta começou no patamar das 200 obras e superou os 1500 volumes em 1947, e em 1945 fizeram-se 2398 requisições, o que demonstra a boa receptividade da iniciativa e também o facto da oferta ter tentado ir ao encontro das preferências das centenas de leitores «assinantes», tanto em termos quantitativos como qualitativos<sup>38</sup>.

Tratou-se duma oferta generalista, ordenada por várias secções<sup>39</sup>, as quais eram enquadradas por textos explicativos, sobre os «problemas centrais dos assuntos ver-sados» e que procuravam «despertar o interesse dos leitores». Na literatura predomi-naram os prosadores portugueses e brasileiros<sup>40</sup>, tendo contribuído para a divulgação pioneira no país de certos escritores modernos brasileiros, alguns dele malvistas (e censurados) pelo salazarismo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado em Portugal, deste último tendo proposto 8 títulos em 1947, nas edições originais brasileiras<sup>41</sup>. Às secções iniciais foram aditadas outras em 1944, como as de «Biografias», «Problemas femininos», «História e Sociologia», e depois secções especiais, como a queirosiana, em 1945<sup>42</sup>. De notar que a secção «Problemas femininos» teve uma subsecção mais «politizada», designada por «Feminismo e acção feminina», ainda que com poucos volumes<sup>43</sup>. Aliás, as escolhas deste catálogo eram politizadas, no sentido de a selecção ter uma dimensão democratizante, não só pela diversidade de assuntos possível de abarcar nas várias secções mas também porque muitos dos títulos e autores foram escolhidos a dedo, por serem progressistas e incómodos, como Tomás da Fonseca ou Agostinho da Silva, ou mesmo comunistas, casos de Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes ou Manuel da Fonseca<sup>44</sup>. Os próprios leitores admitiram (no inquérito de Victor de Sá de 1945) só ter tomado conhecimento de vários deles por intermédio desta biblioteca móvel, em especial os modernos brasileiros e portugueses e outros como Wilde, Gorky, Kostantin Fedin, Korolenko, Tagore, Buck ou Bertrand Russell<sup>45</sup>. O mesmo foi extensivo ao contacto com certos «problemas novos», como os «pro-blemas sociais» e os de «expansão do livro»<sup>46</sup>.

Uma oferta generalista que não descurou desde o início o seu enquadramento crítico e que atribuiu distintas, mas complementares, funções à leitura, de formação e distração, mesmo para aqueles géneros literários que à época eram associados, por muitos, a mero entretenimento ou escape social:

<sup>38</sup> SÁ, 1954: 9, 21, 29; SÁ, 1947: 1. Posteriormente falaria em milhares de beneficiários, em especial, jovens, operários e funcionários públicos (cf. SÁ, 1963a: badana).

<sup>39</sup> A saber: literatura; estudos literários; história e política; filosofia e ciências; pedagogia e educação; estudos económicos; artes; vários.

<sup>40</sup> SÁ, 1954: 21.

<sup>41</sup> SÁ, *org. e dir.*, 1942c: 8; SÁ, 1946: 18; SÁ, 1947: 3.

<sup>42</sup> SÁ, 1954: 32-34.

<sup>43</sup> SÁ, 1944: 43.

<sup>44</sup> SÁ, 1947: 8-9.

<sup>45</sup> SÁ, 1947: 8.

<sup>46</sup> SÁ, 1946: 8.

*A chamada literatura de ficção vem neste catálogo mais uma vez largamente representada; é que ela, auscultando mais de perto o coração dos homens, mais ao coração lhes fala e melhor lhes faz sentir as suas próprias pulsações. Depois vêm as obras que nos ajudam na interpretação histórica da nossa época; vêm as que tratam os vários problemas de natureza social, económica, pedagógica, etc. com que nos debatemos; finalmente, uma série de biografias, em que se pode sorver a soberba experiência de grandes personalidades que também se debateram com grandes problemas e que souberam vencer<sup>47</sup>.*

A biblioteca móvel foi um meio a que recorreu para satisfazer o dever ético e cívico de democratização da leitura, tal como enunciou em proémio de catálogo que dedicou ao projecto:

*A Biblioteca Móvel preenche uma das grandes lacunas existentes no panorama cultural português. Não basta que os intelectuais estudem e meditem e que os editores lancem as suas obras. É necessário que todo êsse trabalho encontre projecção na massa do povo, sem o que jazerá estéril no fundo duma estante<sup>48</sup>.*

Era uma acção que considerava crucial, dado o bloqueio luso: «E o obscurantismo persiste, mantendo-se a ausência dum clima propício a aceitar e animar as iniciativas que poderiam ser de utilidade nacional para o desabrochar espiritual do povo português»<sup>49</sup>. Bloqueio esse sobretudo alimentado pelo preconceito reinante em estruturas que supostamente deviam apoiar a difusão cultural:

*a incompreensão do meio manifesta-se pela forma rebaixada da hostilidade. As Academias e outras instituições culturais que foram creadas para desempenhar o papel de instigadores da cultura, estagnaram, anquilosaram, e, de fomentadoras, constituíram-se monopólio, casta, aristocracia de eruditos — consideram que, cultura, só dentro dos seus muros; fora deles, barbarismo, plebeísmo pedante. E essa sobranceira indiferença pelo estado cultural [...] da massa do povo português, tem animado a hostilidade — os «enredos da reacção», como já lhe chamou Herculano — a todas as iniciativas particulares ou individuais, que procuram suprir a própria incapacidade e falta de iniciativa dos elementos responsáveis<sup>50</sup>.*

---

<sup>47</sup> SÁ, 1946: 3-4.

<sup>48</sup> SÁ, 1945a: 1.

<sup>49</sup> SÁ, 1954: 10.

<sup>50</sup> SÁ, 1954: 10-11.



Esta biblioteca foi proposta como paliativo para o atraso cultural luso mas também como antídoto para o efeito fortemente destrutivo do momento bélico que então se vivia. No seu término, nova função emergia a seus olhos: «procuramos apresentar um feixe — variado ao menos, já que não completo — das obras que mais úteis podem ser às mentalidades que pretendam banhar-se nas correntes da nova humanidade que surge»<sup>51</sup>. Função esta que se ligava a um desejo pessoal agora expressamente revelado de, com tal projecto, contribuir «para o grande esforço de libertação em que se encontra empenhada a humanidade — e o povo português»<sup>52</sup>.

A acção de extensão cultural era imprescindível, por motivos económicos («muitos estudantes ou estudiosos lutam sempre com dificuldade na consulta de livros») e por falta de organização e amparo da «bibliografia nacional», que estimulava que «muitas obras fundamentais» estivessem inacessíveis, que os guias e informações bibliográficas escasseassem, que o empréstimo domiciliário nas bibliotecas públicas rareasse e que estas fossem tão poucas<sup>53</sup>.

Apesar dessa constatação que o amargurava e que procurou contrariar durante 8 anos, Victor de Sá não pôde prosseguir com a sua biblioteca móvel, por impossibilidade de manter a acção voluntarista. Contudo, os livros não ficaram a ganhar pó nas estantes, foram remetidos para a novel Biblioteca Osvaldo Santos Silva, da cooperativa cultural portuense Sociedade Editora Norte (SEN), e assim puderam continuar a ser lidos<sup>54</sup>.

No domínio da promoção cultural, fechava-se um ciclo para Sá, que a partir daí se centraria na sua livraria e no aprofundamento da sua formação, para poder prosseguir na reflexão e na escrita, sempre com um grande enfoque nas questões da extensão cultural e educativa. Já a divisa da biblioteca móvel, «Intelektu kaj laboro» (Intelecto e trabalho), essa ficaria para sempre, numa língua internacionalista (o esperanto) perseguida por essas ditaduras de «terceira via» de que o salazarismo seria um sobrevivente<sup>55</sup>.

De resto, e como se referiu acima, desde 1954 adoptara a designação de Centro Cultural do Minho para nome de editor dalguns dos seus livros, em associação à Livraria Victor, numa assunção pública e reiterada do cariz de intervenção cultural multiforme que pretendeu dar à sua acção empresarial, cívica e intelectual.

<sup>51</sup> SÁ, 1946: 3.

<sup>52</sup> SÁ, 1946: 4.

<sup>53</sup> SÁ, 1954: 17. Tal diagnóstico fora corroborado pelos respondentes ao inquérito de 1945 (SÁ, 1946: 7).

<sup>54</sup> SÁ, 1954: 48-50. Em 1959 discursaria nesse espaço e relembriaria o contexto da sua doação (SÁ, 1961b: 79-89). E assumiu então que era um dos mais antigos sócios da SEN (SÁ, 1961b: 81).

<sup>55</sup> SÁ, 1947: capa e contracapa.

#### 4. ESTUDIOSO E APÓLOGO DA LITERACIA PARA TODOS E DA DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL

Com efeito, importa constatar como essa dimensão de promotor cultural vai de par com a de estudioso e apólogo da literacia para todos.

A meio da pioneira experiência da sua «biblioteca móvel», em 1945, Victor de Sá lançou o primeiro dos seus dois inquéritos aos hábitos e preferências de leitura e à relação com a cultura, visando apurar a opinião dos utentes deste seu serviço sobre o mesmo e sobre os seus gostos de leitura.

O inquérito confirmou as ilações que avançara (no catálogo específico de 1946, *vd. supra*) relativamente às obras mais requisitadas na biblioteca móvel que dinamizou desde Braga e que chegaria a todo o país metropolitano nesses anos 1940: primado da narrativa de ficção (mormente do romance), seguido de estudos históricos, literários e pedagógicos, e a economia como área menos procurada. Dito doutro modo, Victor de Sá assumira várias vezes nos seus catálogos que o reforço bibliográfico que fora realizando acompanhava as preferências dos seus «leitores-assinantes» e, de facto, as áreas assumidas como eleitas eram as que estavam mais bem representadas nos diversos catálogos. Ademais, quanto à função da leitura, 98% dos respondentes a este inquérito assumiram a «natureza instrutiva» por detrás do seu gosto de leitura, havendo também 44% a combinar formação com distracção<sup>56</sup>. Ou seja, muitos destes leitores apropriavam-se dos romances segundo uma perspectiva de enriquecimento pessoal quanto à sua compreensão do mundo e dos problemas hodiernos.

Tal orientação teria de ser articulada com o facto duma certa pequena burguesia ser o verdadeiro público-alvo deste serviço, embora a classe média em geral tivesse uma representação ainda mais significativa<sup>57</sup>. Com feito, Sá salientaria retrospectivamente que a «compreensão, o apoio e o incentivo» tinham vindo «dum empregado de escritório, dum guarda-fios, dum professor primário, dum funcionário [público]; só mais raramente dum estudante; um pároco»<sup>58</sup>. E aditaria:

*Era a essa multidão de gente esmagada pelo trabalho, isolada no campo ou na serra, a quem a necessidade da vida talvez tenha desviado das suas vocações ou tendências mais belas e que no anonimato do seu isolamento individual mantêm vivo o desejo verdadeiramente humano de se instruir e de cultivar, de apreciar as obras dos grandes autores, de ver tratados com compreensão os seus grandes e pequeninos problemas da vida quotidiana, que só através da leitura e do estudo podem ser iluminados e esclarecidos*<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> SÁ, 1946: 6.

<sup>57</sup> SÁ, 1954: 18-21.

<sup>58</sup> SÁ, 1954: 20.

<sup>59</sup> SÁ, 1954: 21.

Ainda no ano da vitória dos Aliados, Victor de Sá anunciou a publicação de uma «série de ensaios bibliográficos», de que saiu apenas o seu guia queirosiano, embora tivesse também projectado uma *Bibliografia da economia nacional*, a ser organizada por Nuno Fidelino de Figueiredo<sup>60</sup>. Estas obras serviam para orientar os leitores da sua biblioteca andarilha, mas também para recuperar e divulgar «escritores racionalistas, cujos trabalhos mais objectivos o ensino oficial procurava esconder»<sup>61</sup>.

Essa *Bibliografia queirosiana* continha um texto intitulado *Panorâmica do livro em Portugal* e nele referia ser indispensável organizar criticamente a edição lusa, «com grande desenvolvimento nestes últimos anos», catalogando-a atempadamente e facultando «ao público carecido os manuais e guias indispensáveis do nosso matrimónio [sic] cultural»<sup>62</sup>. Na missão de organização das livrarias, bibliotecas e instituições afins devia empenhar-se a «iniciativa particular» porquanto o Estado, «se lhe cabem responsabilidades, [...] a outros problemas mais essenciais tem que dar solução»<sup>63</sup>.

Tal dever de «alargamento da cultura por todos os meios modernos de difusão» tivera já propostas por «nomes de relevo do nosso meio intelectual», como a criação dum Instituto do Livro (sugerida por Julião Quintanilha em «O Diabo» e secundada recentemente pela revista literária «Litoral») ou duma Liga Nacional de Cultura Popular, sugerida pelo jornal «Gazeta de Coimbra»<sup>64</sup>. Para Sá, esta liga podia ser o embrião daquele instituto, o qual só seria criado em 1979/1980, em pleno regime democrático<sup>65</sup>.

A «curiosidade» de «muitas pessoas» pela sua biblioteca móvel animá-lo-ia a fazer um balanço crítico dessa iniciativa piloto em 1954, num contexto em que estavam no terreno as bibliotecas itinerantes do município de Cascais, dinamizadas por um Branquinho da Fonseca que pouco depois entregaria o seu projecto de bibliotecas itinerantes ao presidente-mentor da Fundação Calouste Gulbenkian, José de Azeredo Perdigão<sup>66</sup>. Sintomaticamente este livrinho seria o primeiro de 8 volumes duma colecção designada por «Cultura e acção», reforçando essa ideia-mestra da abordagem de Victor de Sá duma cultura que só se realiza plenamente através do envolvimento dos cidadãos e instituições na sua produção, difusão e recepção, numa linha de pensamento-acção bastante distante da prática intelectual do seu tempo, pelo menos em contexto ditatorial<sup>67</sup>.

<sup>60</sup> SÁ, 1954: 7-8. Em 1942 publicara os seus dois primeiros estudos, ambos dedicados a Antero de Quental.

<sup>61</sup> SÁ, 1954: 15.

<sup>62</sup> SÁ, 1945b: 7. A obra acolheu achegas de Armando Carneiro da Silva, da biblioteca municipal coimbrã.

<sup>63</sup> SÁ, 1945b: 9. Note-se que se vivia então numa conjuntura de crise socioeconómica, com racionamento dos bens mais básicos.

<sup>64</sup> SÁ, 1945b: 9.

<sup>65</sup> *Vd.* MELO, 2004: 58.

<sup>66</sup> Sobre o tema *vd.* MELO, 2004: 281-282.

<sup>67</sup> Como anotaria Álvaro Salema no «Diário de Lisboa» de 4-5-1961, «Escrevendo, [Victor de Sá] é ainda o homem de acção, inquebrantável nos seus generosos sacrifícios, que continua a agir. Acredita que a cultura, como a liberdade, se

Ao cenário esperançoso que Victor de Sá delineara nos anos 1940 sucedeu o regresso a uma tradição obscurantista de que a ditadura salazarista era agora a principal herdeira e arauta. Mas a rememoração de boas práticas serviria de antídoto, mantendo aceso o «facho» das boas «experiências» na comunidade, para que não fossem esquecidas<sup>68</sup>. Essas iam da edição neo-realista à acção divulgadora de Agostinho da Silva, passando por Bento de Jesus Caraça e as universidades populares, e a iniciativa científica dinamizada por Abel Salazar e Rui Luís Gomes<sup>69</sup>.

No ano seguinte, Victor de Sá realizou e divulgou o segundo dos seus inquéritos, com um universo bastante distinto do anterior, pois abarcando toda a população bracarense alfabetizada e estabelecendo comparações com a população ledora da região nortenha e da metrópole em geral. Saiu primeiro no «Correio do Minho», em 50 artigos interligados (sob a divisa «Um inquérito necessário») que se estenderam durante meio ano (de 5 de Março a 23 de Agosto), dando-lhe maior projecção e impacto, para mais num jornal oficial do regime, embora sob condição desse trabalho *pro bono* surgir no anonimato, assinado apenas por «Um bracarense»<sup>70</sup>.

Como diria na versão já livre de censura, com essa obra pretendeu hastear «uma bandeira de liberdade» na «praça sitiada do obscurantismo», agitando «problemas de cultura quando as ousadias do espírito constituíam sacrilégios sem perdão». Era um tempo em que as estatísticas de leitura nas bibliotecas estatais vindas à luz num jornal revelavam uma paisagem árida, a começar por esse distrito de Braga que se «blasonava de cultura», e quando ainda não havia sido lançado o projecto da Gulbenkian<sup>71</sup>. Para «romper o cerco» e «promover uma discussão construtiva», Sá dará a voz a um plêiade de cidadãos, combinando de modo inovador especialistas da educação e cultura com intelectuais preocupados com a democratização cultural, caso de Branquinho da Fonseca<sup>72</sup>. Como desfecho, divulgaria o *Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas, forças vivas ao serviço da educação popular*, de 1949<sup>73</sup>.

Esta foi uma das mais relevantes reflexões públicas sobre o problema da cultura em Portugal que pôde então ecoar no espaço público, respeitando uma temática por muitos desvalorizada, mesmo ainda hoje. Contudo, foi necessariamente mais incómodo para os próceres e acólitos da ditadura, pois punha-a em causa no terreno em

---

conquistam e não se recebem. Uma vida corajosamente vivida sob este duplo signo é um acontecimento humano que vale tanto ou mais do que os estritos valores literários ou espèculativos» (transcrito em SÁ, 1961b: badana interior).

<sup>68</sup> SÁ, 1954: 11.

<sup>69</sup> SÁ, 1954: 14-15.

<sup>70</sup> SÁ, 1956: 7. Dedicou o livro a João de Barros, «poeta», «cidadão», «apóstolo da cultura» e «amigo» (SÁ, 1956: 3).

<sup>71</sup> SÁ, 1983: 9.

<sup>72</sup> Depuseram ainda docentes do magistério primário e doutros níveis de ensino (Vitorino Nemésio, António Álvaro Dória), utentes (jovens e adultos), inspectores e responsáveis de bibliotecas (como Mariana Amélia Machado Santos, António Cruz, Alberto Feio, José Pinto Loureiro e Vítor Guerra), estudantes, operários e empregados no comércio e serviços, o cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e o edil bracarense (o mesmo que o iria delatar em 1970, enquanto governador civil de Braga, *vd. supra*).

<sup>73</sup> SÁ, 1956: 288-292.

que ela mais se ufanava, o das «realizações». Tal como bem interpretou Henrique Barreto Nunes, foi uma «autêntica pedrada no charco estagnado da política cultural portuguesa da altura», e «continua hoje a ler-se com grande interesse, pois trata-se de um documento sociológico que nos traça um retrato vivíssimo das práticas de leitura dos portugueses da década de 50, apontando soluções e caminhos que só muito mais tarde viriam a ser percorridos»<sup>74</sup>.

A tónica recaía na promoção das bibliotecas, mormente das móveis, mas na condição de operarem enquanto «fomento espiritual», «mola impulsionadora», «para despertar nos leitores que temos em potência o próprio interesse da leitura, da curiosidade intelectual, do deleite emocional, enfim, daquelas virtualidades que fazem com que o homem seja homem — e não bicho»<sup>75</sup>. Para tal, haveria que cumprir uma série de requisitos, a começar pela remoção do «critério parcialista da selecção das obras», *i.e.*, da censura que impedia sobre os livros e as bibliotecas<sup>76</sup>.

Após o inquérito Victor de Sá escreveria dezenas de textos sobre questões culturais, dos quais realço uma selecção, relativa à temática da democratização cultural (*vd.* Tabela 1). Constata-se que essa produção foi regular e dispersa por várias publicações nacionais e estrangeiras, desde a imprensa local («Correio do Minho», «Gazeta de Coimbra», etc.) às revistas «Vértice» e «Seara Nova», passando por vários diários generalistas de Lisboa e Porto. Parte dela será integrada nos 8 volumes da já referida colecção «Cultura e acção», que foi publicando durante 10 anos<sup>77</sup>, ou seja, até 1963, iniciando por então novo ciclo, com o seu projecto de doutoramento na Sorbonne.

Desta produção, detalhe-se ainda o alcance dalguns textos. Assim, em meados de 50, Sá escreverá sobre a importância da democratização da cultura, num opúsculo sobre a UNESCO, pioneiro na divulgação da acção deste organismo da ONU no país<sup>78</sup>. E nos anos seguintes dará à estampa livros reunindo ensaios dispersos e textos de conferências proferidas em associações culturais, indiciando como se desdobrava em esforços e procurava deixar a sua mensagem por todos os meios e espaços públicos possíveis.

O primeiro livro desse grupo, *Problemas da mentalidade*, saiu em 1957 em duas edições seguidas, totalizando 3 mil exemplares, indicador expressivo. O ensaio de abertura tem uma perspectiva inovadora, abordando a relação entre «Profilaxia

---

<sup>74</sup> NUNES, 2011: 277. Entre os temas abordados constam as funções, tipologias, organização, gestão, horários, catálogos e regulamentos das bibliotecas; selecção de obras e guias de leitura; legislação e funcionalismo; factores que influenciam a frequência e actividade das bibliotecas; conceitos de cultura; problemática do livro; assuntos relativos ao público infantil; papel dos intelectuais; e leituras sectoriais (desporto, religião, filosofia, direito).

<sup>75</sup> SÁ, 1961a: 45.

<sup>76</sup> SÁ, 1961a: 44.

<sup>77</sup> Alguns desses volumes grafam o editor como Livraria Victor, ou como sendo esta a «depositária» da obra, um modo de desafiar a recusa oficial de o reconhecer formalmente como editor.

<sup>78</sup> SÁ, 1955. Parte da recepção à colecção «Cultura e acção» deveu-se a figuras como Óscar Lopes, António Álvaro Dória, Afonso Cautela, Augusto de Castro e Sousa e Eduardo Friero (SÁ, 1961a: 81-87).

mental e bibliotecas», o que hoje convocaria porventura o âmbito da «biblioterapia» mas cujo teor era mais amplo, abarcando a necessidade de progresso mental e seu nexos ao progresso técnico e científico, a dialética das mentalidades (vanguardismo citadino e tradicionalismo provincial), a União Europeia (*sic*) e seus efeitos económicos e culturais (potencial para retirar os portugueses do seu «arcaísmo mental») e, por fim, as bibliotecas enquanto meios para a actualização de conhecimentos, sua importância e necessidade de modernização, via extensão bibliotecária<sup>79</sup>. Trata-se da versão completa de palestra por si proferida na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, no Porto, em 21-3-1957. Noutros dois ensaios do livro abordou a necessidade de se mudar a organização escolar e de se estender a educação básica, de modo a facultar uma educação elementar robusta e a estimular os cidadãos para a sua formação, que levaria forçosamente à fruição cultural<sup>80</sup>.

Em *Sociedade e cultura* ressalta o mergulho no século XIX para enquadrar na longa-duração questões relevantes da história e da cultura contemporânea portuguesa, como nos ensaios sobre «Herculano e a constituição da nacionalidade» e sobre «Garrett, defensor da cidadania intelectual», ambos de 1954<sup>81</sup>. Victor de Sá usou o género ensaístico para, ao reflectir sobre temas históricos, intervir no modo como se pensava a identidade nacional lusa, a política cultural e a condição/trabalho intelectual (GARRETT enquanto precursor dos ideais da UNESCO e da utopia da universal república das letras), mas também para abordar temas prementes, como em «Josué de Castro e a “Geopolítica da fome”», aproveitando o surgir da 3.ª edição brasileira desse influente livro para tecer comentários sobre as desigualdades sociais e económicas no mundo (donde, também no seu país...) e o olhar luso ensimesmado no passado (a contrapelo da produção brasileira) ou em «A língua portuguesa», no qual, a pretexto da necessidade de se projectar a língua portuguesa no mundo em conjunto com os brasileiros, denunciava sub-repticiamente o descaso salazarista quanto ao uso da cultura como motor de desenvolvimento espiritual e de acompanhamento dos problemas da actualidade internacional, ao invés do Brasil, causa da inversão de posições no domínio editorial, e na cultura em geral<sup>82</sup>.

Em *Cultura e democracia* o autor destaca que a democracia implica a existência duma «cultura integral do indivíduo» (usa a expressão de Bento de Jesus Caraça mas sem o citar), entendida esta como combinatória da «integração das actividades

<sup>79</sup> SÁ, 1957: 9-50.

<sup>80</sup> A saber, «Círculo vicioso. A CNEA» (Dezembro de 1955) e «O problema básico da cultura nacional» (Outubro de 1956), (SÁ, 1957: 57-63 e 64-72, respectivamente). Este último texto só saiu na 2.ª ed., daí remeter apenas para esta; é compreensível que assim tenha sido, criticava assertivamente a «nossa profunda letargia cultural» e o atraso no ensino, tornando as crianças que tivessem só o 1.º grau (3.ª classe) «simplesmente ignorantes» e todas «numa situação de inferioridade cultural» face ao «nível alcançado» no exterior (SÁ, 1957: 72).

<sup>81</sup> *Vd.* SÁ, 1958: 27-59 e 61-72, respectivamente.

<sup>82</sup> *Vd.* SÁ, 1958: 73-80 e 81-98, respectivamente, com ambos os textos datados de 1955.

[individuais] no conjunto das conveniências coletivas» e «[d]a intelecção do conjunto mental e cultural em que vive [o indivíduo], de modo a torná-lo capaz de impulsionar o desenvolvimento e progresso do meio social no qual actua»<sup>83</sup>. O pensamento que funciona como mola propulsora desta engrenagem pressupõe a sua actualização constante, sob pena da sua inutilidade, e para esse efeito seria necessário um investimento constante e relevante na estrutura cultural, desde a produção à organização crítica, formação e circulação dos bens culturais específicos. O que só em democracia seria possível alcançar: só os regimes democráticos é que se preocupariam com a promoção e a igualdade de acesso de todos à cultura e à educação, incluindo salvaguardar um poder de compra elementar a todos os cidadãos, para que a cultura também pudesse ser uma necessidade básica para eles<sup>84</sup>.

Ora, tal perspectiva mais dinâmica e de extensão cultural era não só contrária à da «situação» como à de parte das elites mais conservadoras, já que alegadamente iria «desnaturalizar e desnacionalizar as populações portuguesas»<sup>85</sup>. Mesmo os sectores supostamente mais reformistas da ditadura persistiam na inércia, como ilustra o caso do «Primeiro Plano de Fomento cultural» que o próprio proponente, o então ministro da Educação (Francisco de Paula Leite Pinto), sugeria em 27-12-1959 ser inviável, porquanto há 4 anos que vinha «procurando chamar a atenção do país para a necessidade» do mesmo e para o qual «colaborassem todos os Portugueses», mas o qual não passaria das intenções (tal como muitos outros projectos oficiais afins), para pesar de Victor de Sá, que o subscreveria<sup>86</sup>. Também sairia malograda a sua proposta duma «editora nacional» estatal, para reeditar obras do «património bibliográfico» há muito esgotadas, retomando os bons critérios de ex-responsáveis como Joaquim de Carvalho, demitido da Imprensa da Universidade de Coimbra no início da ditadura<sup>87</sup>.

Retomaria o tema dum modo ainda mais articulado e acutilante num texto denso, intitulado *Implicações políticas dos problemas da cultura portuguesa*, que saiu primeiramente no diário de âmbito nacional «A Capital», em 1969. Nele começava por sustentar que, sendo a cultura «um meio de consciencialização e de valorização dos indivíduos», incumbiria ao Estado «a iniciativa e a consecução desse objectivo de âmbito colectivo»<sup>88</sup>. Cultura e política interligadas, portanto. Em termos retrospectivos, a I República prosseguira uma orientação democrática, e apesar de limitações várias, apostara num ensino de qualidade e permitira a liberdade de associação e expressão.

<sup>83</sup> SÁ, 1961a: 15. Noutro momento refere-se à cultura como sendo o «somatório de conhecimentos que permite ao homem ter uma compreensão de si próprio e da sua posição, quer em relação aos outros homens quer em relação ao Cosmos em que vive» (SÁ, 1961a: 31, *vd.* desenvolvimentos nas pp. 21-23).

<sup>84</sup> SÁ, 1961a: 31-39. Já o era, pois «o povo, portanto, tem fome, muita fome de cultura» (SÁ, 1961a: 76).

<sup>85</sup> Cit. de Álvaro Ribeiro em CARVALHO, 1961: 121.

<sup>86</sup> Cit. em SÁ, 1961a: 47.

<sup>87</sup> SÁ, 1961a: 51-52. As obras inacessíveis referidas remetiam para Amorim Viana, Antero e Sampaio Bruno.

<sup>88</sup> SÁ, 1970: 135.



Tendências estas que foram bloqueadas pela subsequente ditadura salazarista, que nos anos 1930-1940 induzira uma «degenerescência dos nossos valores literários e artísticos» (depois resgatados pela resistência cultural), assumindo uma «política marcadamente obscurantista» e «anticultural» que ainda se reflectia nefastamente nos percursos existenciais de centenas de milhares de portugueses, mormente dos emigrantes económicos<sup>89</sup>. O cunho desta política devia-se essencialmente ao facto de o Estado Novo ser um «Estado antidemocrático», e que nem improvisadas campanhas de alfabetização conseguiriam anular. Com efeito, a formação pela educação era pedra angular para a consciencialização e valorização culturais da comunidade, mas a ditadura apenas buscava alcançar estatísticas comparativas não indecorosas nesse campo, mesmo que à custa da qualidade educativa<sup>90</sup>. A reforma do ensino nada adiantaria se não se salvaguardasse o pleno acesso aos direitos culturais, pois só estes permitiram a formação integral dos cidadãos<sup>91</sup>. A articulação entre educação e cultura era imprescindível, mas só se realizaria solidamente num ambiente democrático. As profundas implicações políticas e cívicas desta reflexão eram assim expostas de modo evidente e demolidor para o *status quo*.

Esse texto seria reeditado pouco depois em livro pela Publicações D. Quixote, na interventiva colecção «Diálogo», e muito provavelmente foi o motivo principal para a proibição de circulação de *Regressar para quê?* (além dos textos de denúncia do estado decadente do ensino oficial). No livro ressurgiu um «plano de centro de investigações históricas» que propusera à Fundação Gulbenkian no ano anterior, sem sucesso, e que saíra originalmente na «Seara Nova»<sup>92</sup>. Um contributo mais para se repensar de modo articulado as dimensões formativa (no caso, da investigação) e cultural (por pressupor um centro bibliográfico e documental). Tirou 3 mil exemplares em duas edições no mesmo ano, o que atesta um crescente interesse pelos seus escritos e por textos sobre cultura.

Nos anos 1980/1990, Sá retomou a proposta de produção de guias orientadores, desta feita sobre a imprensa operário-sindical e o liberalismo<sup>93</sup>. E empenhou-se na formação de uma biblioteca na Universidade Lusófona, que ostentaria o seu nome a partir de 1997.

<sup>89</sup> SÁ, 1970: 136-137.

<sup>90</sup> SÁ, 1970: 137-140, cit. 137.

<sup>91</sup> Nas suas palavras: «Pretender ampliar o ensino e não reconhecer por outro lado aos cidadãos em geral e aos jovens em particular o uso das suas faculdades de autodeterminação, assim como o pleno desfrute dos direitos inerentes à condição de homem civilizado [...] é uma contradição que compromete necessariamente qualquer realização válida, efectiva, no plano das reformas necessárias e urgentes do ensino público em Portugal» (SÁ, 1970: 140). Donde: «É por força desta contradição que a solução dos problemas da cultura passa necessariamente pela solução dos problemas políticos do nosso país, ou seja, [...] pela conquista dos direitos fundamentais do cidadão, nomeadamente os de informação, associação e crítica» (SÁ, 1970: 140).

<sup>92</sup> SÁ, 1970: 115-122.

<sup>93</sup> *Vd.*, respectivamente, SÁ, 1991 e SÁ, RIBEIRO, 1994. Tanto quanto foi possível apurar, terá lançado a ideia do primeiro desses guias em 1981 (cf. SÁ, 1981).



## 5. NOTAS FINAIS

Neste escurso procurou-se comprovar como a intervenção cultural de Victor de Sá andou de par com a intervenção cívica e política. Explanaram-se os seus principais contributos numa tripla vertente: livreiro-editor, promotor cultural da leitura e da cultura democrática; estudioso e apólogo da literacia para todos.

Esses caminhos estiveram irmanados numa mesma vontade de intervenção cultural e cívica que acabam por conferir a Victor de Sá um estatuto essencialmente de dinamizador cultural, de mediador cultural progressista, sempre focado nos modos de entrelaçar cultura e política num sentido democratizante, ou seja, que permita que a formação cultural seja instrumento para o enriquecimento pessoal e colectivo de todos. O próprio Sá assumiria retrospectivamente a escolha do ofício de livreiro por lhe parecer «ajustar-se à sua vocação de dinamizador cultural»<sup>94</sup>.

Nesse sentido, tais vias surgiram também unificadas por uma mesma preocupação de conceber a cultura para todos, enquanto formação, estudo, educação emocional, instrumento de compreensão e transformação do mundo e de si.

Por tudo isso, foi alvo de represálias por parte da ditadura e dalguns dos seus acólitos posicionados na sociedade local, mas não só. Esse repertório punitivo incluiu o bloqueio da sua actividade nos contextos liceal, sindical, profissional e político, neste último domínio com interrogatórios e detenções sucessivas e tentativas de ofuscamento e ostracização, não o autorizando a ter uma editora própria, impelindo-o a assinar sob pseudónimo parte da sua produção na imprensa e sujeitando-o a uma censura oficial que lhe mutilou ou proibiu a circulação de vários textos. Como tentativa de deslegitimação, em diversas ocasiões procurou associar-se o seu múnus cultural a uma actividade subversiva, não patriótica. Todavia, o seu contributo tornou-se de referência não só na resistência cultural antiditatorial mas na reflexão sobre alguns tópicos centrais da democratização cultural, articulando inovadoramente literacia, animação da leitura, acesso à cultura e formação humanista do cidadão, entre outros. O seu labor (de dinamizador cultural, livreiro, editor e pensador das temáticas da literacia e da democratização cultural) filia-se numa linhagem de projectos progressistas como as universidades populares, a vulgarização cultural dos anos 30 (com Agostinho da Silva, a Inquérito, a colecção «Biblioteca Cosmos» por Bento de Jesus Caraça e a sua teorização da cultura integral do cidadão) e certo associativismo sociocultural federado, e foi inspirador para iniciativas coevas ou subsequentes, como as bibliotecas itinerantes idealizadas por Branquinho da Fonseca para Cascais e a Fundação Gulbenkian, as cooperativas culturais ou o movimento de bibliotecários pró-rede nacional de bibliotecas públicas.

---

<sup>94</sup> SÁ, 1983: 207.

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Cândido de (1997). *Mutiladas e proibidas*. [Lisboa]: Editorial Caminho.
- GARCIA CANCLINI, Néstor (2001). *Definiciones en transición*. In MATO, Daniel, org. *Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 57-67.
- CARVALHO, Joaquim de Montezuma de (1961). *Victor de Sá e a cultura*. In SÁ, Victor. *História e actualidade*. Braga: [Edição de autor], pp. 119-125.
- GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (2016). *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. In GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos, org. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 7-37.
- GOMES, Joaquim da Silva (2014). *Victor de Sá em livro aberto*. 2.ª ed. Braga: Bom Jesus.
- [GOMES], J[osé] T[arroso], org. ([1954]). *Constituição de 1822. Texto integral*. Braga: Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Coleção Constitucional. Constituições portuguesas, n.º 1).
- LOURO, Victor (2021). *A Livraria Victor*. «Internet Archive» [Consult. 15 Abr. 2021]. Disponível em <<https://archive.org/details/livraria-victor>>.
- MELO, Daniel (2004). *A Leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Daniel (2020a). *Debates sobre a cultura em Portugal: o complexo caso do livro e da leitura*. «Sociologia, Problemas e Práticas». 94, 97-118. DOI: <https://doi.org/10.7458/SPP20209414027>.
- MELO, Daniel (2020b). *Libro y lectura en Iberoamérica tras la II Guerra Mundial: notas sobre la problemática*. In MELO, Daniel; BRANCO, Isabel Araújo, ed. *Edición y circulación del libro en Iberoamérica desde el final de la Segunda Guerra Mundial*. Gijón: Ediciones Trea, pp. 73-102.
- MIT (2017). *Braga na segunda metade do sec XX... história contada por calendários de bolso*. (2) [Consult. 15 Abr. 2021]. Disponível em <<https://debragaebonda.blogspot.com/2017/09/braga-na-segunda-metade-do-sec-xx.html>>.
- NUNES, Henrique Barreto (2007). *O Livreiro Victor de Sá*. «Forum». 41, 101-110.
- NUNES, Henrique Barreto (2011). *Victor de Sá: um homem na história*. In NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato, org. *O Mundo continuará a girar*. Vila Nova de Famalicão: Húmus; [Braga]: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 273-303.
- NUNES, Henrique Barreto (2011). *Os Livros e as bibliotecas na vida de Victor de Sá*. «Notícia BAD». 13/ XII. [Consult. 09 Abr. 2021]. Disponível em <<https://www.bad.pt/noticia/2011/12/13/os-livros-e-as-bibliotecas-na-vida-de-victor-de-sa/>>.
- NUNES, Henrique Barreto (2016-17). «*Estes escritores morreram*»: a censura aos livros e à leitura no *Estado Novo*. «Boletim Cultural». Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. 4.ª série. 10-11, 196-215.
- NUNES, Manuela Barreto (2011). *Bibliografia de Victor de Sá*. In NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato, org. *O Mundo continuará a girar*. Vila Nova de Famalicão: Húmus; [Braga]: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 307-331.
- PACHECO, Luiz (1970). *O Libertino passeia por Braga, a idólatra, o seu esplendor*. [S. l.]: Contraponto.
- PATO, Helena (2015). *Victor de Sá (1921-2003)*. «Antifascistas da Resistência». 16/VI. [Consult. 09 Abr. 2021]. Disponível em <<https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/728705230572192/>>.
- PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980). *A Política de informação no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, vol. 1.
- PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1981). *Livros proibidos no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- SÁ, Victor de, *sel., pref. e notas* (1942a). *As Prosas de Antero de Quental*. Braga: Edições Futuro, 31/III.

- SÁ, Victor de (1942b). *A Mocidade de Antero*. Braga: Edições Futuro.
- SÁ, Victor de, org. e dir. (1942c). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 1*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa]. (Outubro).
- SÁ, Victor de, org. (1943). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 2*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa]. (Abril).
- SÁ, Victor de, org. (1944). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 3*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa]. (Janeiro)
- SÁ, Victor de org. (1945a). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 4*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa & Comp.<sup>a</sup>, Limitada]. (Janeiro).
- SÁ, Victor de (1945b). *Bibliografia queirosiana*. Braga: [Edição de autor].
- SÁ, Victor de (1946). *Biblioteca Móvel: Um feixe de leitura [catálogo n.º 5]*. Braga: [Livraria Cruz]. (Janeiro).
- SÁ, Victor de (1947). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 6*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa].
- SÁ, Victor de (1954). *O Que foi a Biblioteca Móvel*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 1).
- SÁ, Victor de (1955). *O Que é a UNESCO*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 2).
- SÁ, Victor de (1956). *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Braga: [Edição de autor]; Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Col. Cultura e acção; n.º 3).
- SÁ, Victor de (1957). *Problemas da mentalidade*. 2.<sup>a</sup> ed. Braga: Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Col. Cultura e acção; n.º 4).
- SÁ, Victor de (1958). *Sociedade e cultura*. Braga: Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Col. Cultura e acção; n.º 5).
- SÁ, Victor de (1961a). *Cultura e democracia*. 2.<sup>a</sup> ed. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 6).
- SÁ, Victor de (1961b). *História e actualidade*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 7).
- SÁ, Victor de (1963a). *Antero de Quental*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 8).
- SÁ, V. de (1963b). *Escrevo por imposição de consciência cívica: sinto e sofro os problemas do meu tempo e do povo a que pertença*. «Jornal de Letras e Artes». (29 Maio 1963) 7 e 10.
- SÁ, Victor de (1970). *Regressar para quê?*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- SÁ, Victor de (1981). *Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa*. «Análise Social». 67/68, 839-860.
- SÁ, Victor de (1983). *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SÁ, Victor de (1984). *Agostinho da Silva, trinta e tal anos de idade...* Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona.
- SÁ, Victor de (1989). *Fascismo no quotidiano*. Lisboa: Vega.
- SÁ, Victor de (1991). *Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- SÁ, Victor de (2001). *Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública de Braga.
- SÁ, Victor de; RIBEIRO, Fernanda (1994). *O Liberalismo português (1820-1852): recolha bibliográfica*. «Forum». 14, 5-296.
- SALEMA, Álvaro (1982). *Jorge Amado: o homem e a obra*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- SALLA, Thiago Mio (2017). *Livros do Brasil e a edição de romances brasileiros em Portugal nos anos 1940*. «FronteiraZ: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP». 19, 111-129. DOI: <https://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2017i19p111-129>.
- SIMÕES, J. Santos (1999). *Braga, grito de liberdade*. Braga: Governo Civil do Distrito de Braga.

